

4. *Os Movimentos Autárquicos Não-partidários:* o caso de Oeiras

José Filipe Pinto, Elias Quadros & Diogo Morais

Resumo

Oeiras representa um laboratório para o estudo do sistema político português no que concerne ao sistema de partidos e à qualidade da representação. Este ensaio traça a evolução política do município. Para tal, estuda as relações dos partidos políticos e dos movimentos não-partidários com os eleitores do concelho e mostra a importância da figura do líder e da obra feita em detrimento de valores éticos.

Palavras-chave: Oeiras, IOMAF, Isaltino, INOVAR, Ética.

Abstract

Oeiras represents a laboratory for the study of the Portuguese political system concerning the parties' system and the quality of the representation. This essay shows the political evolution of the county. For this purpose, it studies the relations of the political parties and the non-partisan movements with the local electors and it proves the importance of the leadership and its record rather than the ethical values.

Keywords: Oeiras, IOMAF, Isaltino, INOVAR, Ethics.

Introdução

131

O presente estudo de caso sobre a realidade dos *movimentos autárquicos não-partidários* em Portugal – os oficialmente designados Grupos de Cidadãos Eleitores – tem como *corpus* o concelho de Oeiras.

O estudo contempla uma breve caracterização do Município e história a evolução da vida política autárquica desde o 25 de Abril de 1974 até às mais recentes eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017.

Nessa evolução são contemplados todos os atos eleitorais para os órgãos do Poder Local e é concedida atenção especial ao surgimento e à implantação dos movimentos não-partidários, tanto mais que um deles – o IOMAF (Isaltino Oeiras Mais À Frente) – dominou a vida política do concelho desde 2005, o ano da sua formação, até 2017.

Por isso, a cronologia dos atos eleitorais está dividida em dois momentos. O primeiro, dominado pelos partidos políticos. O segundo, controlado por um movimento não partidário.

O estudo termina com uma reflexão sobre a razão do surgimento dos movimentos não-partidários e a visão prospetiva do fenómeno.

Quanto à metodologia, privilegiou a consulta do acervo bibliográfico já produzido por elementos do grupo de investigação sobre a temática, designadamente a Tese de Doutoramento de Elias Quadros, *A Ética no Poder Local: o Caso de Oeiras* (2012) e o livro *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço para Dois?* da autoria de José Filipe Pinto, de 2015.

O trabalho de campo englobou uma entrevista presencial ao então Presidente da Câmara, Paulo Vistas, na sequência da qual foi recolhida uma entrevista por questionário da responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do IOMAF, Luís Filipe Pereira Santos.

Finalmente, foram consultados os sítios oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), da Câmara Municipal de Oeiras, da PORDATA e do Instituto Nacional de Estatística, bem como a legislação atinente à temática e os artigos e comunicados que foram surgindo nos vários órgãos de comunicação social.

132 Breve caraterização do Município

Oeiras é um concelho da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com 45,85 Km² e que, na sequência da Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro, que aprovou a reorganização administrativa do território das freguesias, passou a contar com apenas cinco Juntas de Freguesia: Barcarena, Porto Salvo, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Este concelho era, de acordo com o Censo de 2011, o quinto concelho português com mais elevada densidade populacional – 3.751,3 habitantes por cada quilómetro-quadrado, embora, nesse parâmetro, estivesse abaixo de outros três concelhos da área metropolitana a que pertence: Amadora, Lisboa e Odivelas.

População que, em 2016, segundo dados da *Pordata*, contemplava 106.034 indivíduos entre os 15 e os 64 anos, ou seja, população ativa.

Oeiras dispõe de indicadores positivos que o fazem sobressair da média nacional. Assim, de acordo com o mais recente censo, realizado em 2011, trata-se do concelho português com mais elevado nível médio de educação. De facto, apesar de Lisboa ter maior percentagem de licenciados – 31,1% - em Oeiras 30,7% dos habitantes tinham o ensino superior, contra os 13,8% da média nacional, e apenas 20% se ficou pelo 1.º ciclo do ensino básico, um valor muito inferior ao que se registou em Lisboa – 27,1%.

Além disso, Oeiras era o único concelho onde mais de metade da população – 53% - tinha concluído o ensino secundário. Não admira por isso que, como a Câmara Municipal de Oeiras faz questão de frisar, “a forte qualificação do capital humano” motive “uma intensa terciarização do mesmo, com Oeiras a evidenciar um nível de terciarização da população dos mais elevados da AML a par de Cascais e Lisboa”.

De facto, a dimensão económica, tendo por base os dados do INE referentes a 2013, confirmaram o que de bom já foi dito. Assim, apenas a capital dispunha de maior poder de compra do que Oeiras.

Face ao exposto, a realidade atual do concelho torna difícil acreditar que “até aos anos 60-70 do século passado, o concelho de Oeiras era ainda marcadamente rural – com largas manchas de cultura de

cereais e de hortícolas bem como de dezenas de rebanhos de ovinos e caprinos”¹.

133

As Eleições Autárquicas em Oeiras

Até agora, a evolução autárquica em Oeiras conheceu quatro fases, sendo três dominadas por partidos e a restante por um grupo de cidadãos eleitores, o já mencionado IOMAF. Um processo que conheceu um novo desenvolvimento nas recentes eleições autárquicas de outubro de 2017, por força de cisões no IOMAF inicial. Cisões que estiveram na origem de dois novos grupos de cidadãos eleitores e que exigiram uma alteração ao nível da leitura da sigla do IOMAF. Assunto que será desenvolvido posteriormente. Por ora, é tempo de a análise se concentrar na fase da vida autárquica dominada pelos partidos.

O Primeiro Momento – a Esquerda mostra a sua força

O primeiro momento, de 1976 e de 1979, foi de maioria de esquerda e de domínio do PS que elegeu Carlos Alberto Andrade Neves como Presidente da Câmara. Uma vitória com maioria relativa de 35,21% para a CM e 33,01% para a AM e uma forte presença – 29,22% - do Partido Comunista Português (PCP), ainda que integrando a coligação Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU). Portugal vivia uma conjuntura em que a poeira revolucionária ainda andava no ar.

Como qualquer referência à direita era conotada com o antigo regime, não deixou de causar admiração que o CDS – 12,95% - tivesse ficado à frente do PSD – 12,46% - na Câmara Municipal.

Nessa fase, os *movimentos autárquicos não-partidários* não elegeram qualquer representante em todo o concelho de Oeiras, embora a nível nacional tivessem logrado a eleição de 1232 representantes.

Como o distrito de Lisboa elegeu 67 representantes de *movimentos autárquicos não-partidários* - 6 em Azambuja, 35 em Lisboa, 5 em Loures, 5 em Mafra, 11 em Sintra e 5 em Torres Vedras - pode dizer-se que a revolução social que se sentia nas ruas da capital não serviu de exemplo para Oeiras onde os cidadãos não apostaram na constituição destes movimentos.

1. Cf. Tese de Doutoramento de Elias Quadros.

134 O Segundo Momento: da coligação partidária ao PSD

O segundo momento estendeu-se de 1979 a 1985 e correspondeu ao domínio da Aliança Democrática (AD). Sempre com maioria relativa.

Em 1979, a AD logrou 45,45% para a CM, mas apenas elegeu 4 dos 9 vereadores, enquanto o PCP, então já sob a forma da coligação Aliança Povo Unido (APU), manteve o segundo lugar - 27,66% e 3 vereadores - relegando o PS para o terceiro posto - 22,64% e 2 eleitos.

Em 1982, nas eleições realizadas em 12 de dezembro, a AD obteve nova maioria relativa: 39,83% e 5 vereadores. No segundo lugar continuou a APU - 29.65% e 3 vereadores enquanto o PS, apesar de vitorioso a nível nacional, se quedou pela terceira posição: 26.85% e 3 vereadores.

Na sequência dos dois atos, João António Duarte Silva Ramos foi o Presidente da Câmara. Quanto aos movimentos independentes, tanto em 1979 como em 1982 não houve qualquer eleito em Oeiras.

Oeiras passou a estar em sintonia com a realidade distrital, marcada por uma descida acentuada, e em contraciclo com a realidade nacional, onde, apesar de ainda não poderem concorrer à CM e à AM, os *movimentos autárquicos não-partidários* já representavam uma realidade indelével no panorama nacional.

De facto, se em 1979 os *movimentos autárquicos não-partidários* tinham sofrido uma quebra, em 1982 a retoma foi assinalável.

Assim, em 1979, apenas nos distritos do Porto e de Viseu se verificou um ligeiro aumento do número de eleitos e houve distritos - Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e Guarda - onde a quebra foi muito acentuada, enquanto nas regiões autónomas os grupos não-partidários continuavam a passar quase ou totalmente despercebidos.

Porém, em 1982, no distrito de Braga - o campeão dos movimentos não-partidários - o número de eleitos pelos grupos de cidadãos eleitores mais do que duplicou e noutros distritos também se registou uma subida acentuada face ao elemento anterior.

Como o distrito de Lisboa atingiu o grau zero - não elegeu qualquer representante de movimentos não-partidários - Oeiras estava de bem com os vizinhos.

Quando a AD foi dissolvida, o PSD, enquanto elemento mais forte da coligação, tornou-se dominante em Oeiras de 1985 a 2005.

A maioria relativa continuou em 1985 porque, malgrado os 45,41% dos votos obtidos, os mandatos continuaram teimosamente a ser apenas 5 em 11 no executivo municipal.

A situação alterar-se-ia em 1989 porque, apesar de alguma perda de votos e do peso relativo, o PSD alcançou a primeira maioria absoluta na Câmara Municipal, com 40,31%. De salientar que, como consta na Tese de Elias Quadros, 55,22% dos inquiridos disseram ter votado em Isaltino por conta da simpatia pelo PSD. Dito de outra forma: era o partido e não o candidato a ditar o sentido do voto.

Mais uma vez, tanto em 1985 como em 1989, os independentes não lograram eleger qualquer representante. Em 1985, o distrito da capital apenas contou com 17 eleitos dos grupos não-partidários: 4 em Sintra, 7 em Mafra e 3 na Azambuja. Em 1989, a situação ainda pioraria e os mandatos seriam reduzidos a 7: 6 na Lourinhã, com 522 votos, e 1 em Sintra, com 1.037 votos.

Depois, em 1993, o PSD continuou à frente de todos os órgãos autárquicos do concelho, mas perdeu a maioria absoluta na Câmara Municipal, apesar de ter sido para este órgão que recebeu mais votos – 35,98%.

Em 1993, pela primeira vez, houve um eleito em Oeiras por um movimento não-partidário. Aconteceu na freguesia de Carnaxide, onde o grupo a que coube o numeral X logrou 619 votos e uma percentagem de 7,92%.

Nesse ano, no distrito de Lisboa, só Oeiras e a Lourinhã – 13 mandatos – elegeram representantes não-partidários.

Porém, em 14 de dezembro de 1997 e 16 de dezembro de 2001, o PSD regressou à maioria absoluta na Câmara, com 48,27% e 6 mandatos para o executivo camarário em 1997 e 55% e 7 vereadores em 2001.

Em 1997 voltou a ser eleito um representante por um movimento não-partidário com 542 votos e uma percentagem de 0,74 e, em 2001, foi a votos o Movimento de Cidadãos Independentes por Queijas e Linda-a-Pastora (MCI) que conseguiu eleger quatro representantes para a Assembleia de Freguesia, uma vez que teve 1.218 votos e uma percentagem de 1,84%.

De registar que 1997 foi o último ano em que os grupos de cidadãos eleitores se viram circunscritos ao nível da freguesia. Por isso, em 2001, os resultados já dizem respeito aos três órgãos do Poder Local,

136 embora no distrito de Lisboa apenas continuasse a haver eleitos para a freguesia. No caso, 26 eleitos resultantes de 6.725 votos e de uma percentagem de 0,70%.

Nesse período, ou terceira fase, o Presidente da edilidade era Isaltino Morais, embora a sua participação como Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente no XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso, tivesse implicado a suspensão do mandato autárquico, tendo o cargo de Presidente da Câmara sido exercido pela Vice-Presidente Teresa Zambujo, de 2002 a 2005, mesmo depois de Isaltino Morais ter cessado funções governativas. Uma espécie de interregno que acabaria por encerrar os períodos de domínio partidário no concelho. Matéria para o ponto seguinte.

A entrada em cena dos «Independentes»

Em 2005, a recusa do então Presidente do PSD, Marques Mendes, em apoiar a recandidatura de Isaltino levou à criação do IOMAF (Isaltino Oeiras Mais À Frente) que concorreu contra Teresa Zambujo, a candidata oficial do PSD, e venceu. Estava, assim, iniciada a quarta fase.

Antes de entrar na análise dos resultados, importa perceber as razões que levaram o PSD a recusar o apoio ao seu até então autarca modelo. Um assunto que foi objeto de depoimento na primeira pessoa na Tese de Doutoramento de Elias Quadros, uma das fontes privilegiadas deste texto.

Nesse documento, revisto e autenticado, Isaltino Morais afirmou que a posição de Marques Mendes não tinha sido resultante do problema judicial que o autarca enfrentava. O seu nome tinha sido aprovado pela Comissão Política de Oeiras, a cem por cento, e pela Assembleia-Geral dos militantes de Algés e pela Comissão Distrital de Lisboa que, no entanto, mandou para a Comissão Política Nacional dois nomes – o de Isaltino e o de Teresa Zambujo –, tendo a Comissão Nacional vetado Isaltino, por proposta de Marques Mendes. Aliás, Isaltino confidenciou que, em privado, tinha sido convidado para Loures e para a Amadora.

Uma posição que Marques Mendes não rebateu, apesar de o então doutorando lhe ter facultado o direito ao contraditório.

Uma dissidência que não se quedaria por Oeiras. Basta recordar o que se passou com Valentim Loureiro em Gondomar.

Regressando aos resultados eleitorais, o IOMAF, para além dos 4 vereadores e dos 11 deputados municipais, logrou muitos mandatos nas freguesias: 4 em Barcarena, onde venceu, tendo havido 1 candidato eleito por outro grupo de cidadãos eleitores denominado «Primeiro a Freguesia» e 4 em Carnaxide, onde venceu. Aliás, o IOMAF também triunfou em Oeiras e S. Julião da Barra, com 8 mandatos, em Paço de Arcos, com 5; em Algés, com 3; na Cruz Quebrada-Dafundo, igualmente com 3, em Linda-a-Velha, com 4; em Porto Salvo, com 5, tantos como em Queijas e em Caxias. Um total de 59 mandatos para a Assembleia de Freguesia num distrito que apenas elegeu 85 representantes não-partidários para esse órgão.

Os dados permitem constatar que tinha triunfado a ideia que presidira à candidatura de alguém que enfrentava problemas na justiça, ou seja, os eleitores tinham “oportunidade de comparar a sua gestão à frente do Município com a da sua sucessora” e acabariam por valorizar a obra feita, pois “construir demora tempo e desfazer é rápido”.

O IOMAF queria ver Oeiras como locomotiva concelhia e regional da nova realidade. Porém, de acordo com a lei vigente, o IOMAF terminou a existência logo que findou o ato eleitoral. Como forma de contornar este desaparecimento compulsivo e para poder continuar o diálogo com os cidadãos com uma cadência superior àquela que está prevista para as sessões públicas dos diferentes órgãos autárquicos foi criada, em 31 de janeiro de 2006, a AOMAF – Associação Oeiras Mais à Frente.

A AOMAF dispõe de uma sede em Porto Salvo, um espaço vago que foi cedido à Associação, para as reuniões, embora também recorra ao auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. Contactos que, como se verá de seguida, foram frutuossos.

Ainda sobre o problema da sede, no caso de candidatura, Isaltino faz questão de recordar a notícia do *Expresso* que, em 2005, trouxe ao conhecimento público que a sede de campanha do IOMAF estava em situação ilegal porque estava a funcionar sem licença. Uma acusação refutada por Isaltino porque a licença não era obrigatória, ao contrário do que se passava com a sede do *Expresso* a funcionar no concelho, essa sim, sem a necessária licença. Daí a multa de cerca de cem mil euros que Isaltino lhe aplicou quando regressou à Câmara.

Isaltino repetiria a vitória em 2009, pois apesar de, quase no fim do mandato em agosto de 2009, ter sido condenado a sete anos de prisão

138 efetiva, perda de mandato e a pagar uma indemnização de 463 mil euros ao Estado, recorreu da sentença e apresentou-se a votos.

Não foi um processo fácil mesmo para quem estava no Poder porque o julgamento no tribunal de Sintra terminou em 28 de julho e a sentença saiu antes de meados de agosto, sendo que a apresentação de candidaturas terminava em 20 de agosto. Por isso, uns dias antes de ser conhecida a sentença, Isaltino apresentou a candidatura que, mesmo depois da condenação judicial, se revelaria vencedora. Confiava que os eleitores iriam premiar os investimentos feitos na educação, na habitação, na requalificação paisagística e nas ribeiras. Não se enganou.

Para a Câmara Municipal obteve 32 047, uma percentagem de 41,52% e elegeu 5 vereadores. Para a Assembleia Municipal logrou 30 363 votos, um peso relativo de 38,91% e 14 lugares. Quanto às freguesias obteve 59 mandatos: 5 em Barcarena, 6 em Carnaxide, 10 em Oeiras e São Julião da Barra, 6 em Paço de Arcos, 5 em Linda-a-Velha, 6 em Queijas, 5 em Cruz-Quebrada e Dafundo, 4 em Algés, 6 em Porto Salvo e 6 em Caxias, sendo que só não venceu na freguesia da Cruz-Quebrada e Dafundo onde obteve menos 16 votos do que o PS.

Caso para dizer que os partidos não faziam sombra a Isaltino. *A personalização parecia estar a ganhar terreno num sistema liderado pelos partidos.* Um elemento que Elias Quadros estudou na sua Tese e que lhe permitiu verificar que “a maior parte dos inquiridos – precisamente 70,92% – mantinham o voto autárquico no partido em que votavam para o Parlamento”. Descendo ao nível partidário, constatou que apenas o PCP saía beneficiado a nível concelhio e que todos os outros partidos perdiam votos nesta transferência: “BE – 55,56%; CDS – 33,33%; PS – 37,5% e PSD – 29,57%”.

Face a estes dados, não parece abusivo concluir que Isaltino Morais e o IOMAF recolhiam votos de eleitores que, a nível nacional, tinham outras opções partidárias.

Esta fase ainda se estendeu às eleições de 2013 quando o vice-Presidente de Isaltino Morais, Paulo Vistas, liderou o IOMAF na corrida ao executivo municipal, uma vez que Isaltino não se pôde recandidatar, pois já exercera mais de três mandatos consecutivos. Daí o *slogan* escolhido pelo novo rosto do IOMAF – *Continuar a Fazer*. Uma homenagem à obra de Isaltino. Uma mensagem de continuidade destinada aos eleitores.

Estas eleições foram as primeiras depois do reajustamento que reduziu o número de freguesias. No caso de Oeiras, pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, das 10 freguesias então existentes – em que o IOMAF detinha, como já foi dito, 9 presidências – passou a contar com apenas 5 autarquias paroquiais: União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo; Freguesia de Barcarena; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias; Freguesia de Porto Salvo.

De acordo com o IOMAF, outra das fontes a que esta investigação recorreu, voltou-se “à divisão administrativa de 1993, em que foram criadas 5 novas freguesias, conforme informa o 2º Suplemento ao nº 135, Série I-A do *Diário da República*, de 11 de junho de 1993, que insere um conjunto de Leis que criam as freguesias de Linda-a-Velha – Lei nº 17-F/93 –, Queijas – Lei nº 17-G/93 –, Cruz Quebrada-Dafundo – Lei nº 17-H/93 –, Algés – Lei nº 17-I/93 –, e Porto Salvo – Lei nº 17-J/93”.

Nesse ato eleitoral, o IOMAF conseguiu eleger 5 vereadores, devido aos 23.071 votos, que corresponderam a uma percentagem de 33,45%. Para a Assembleia Municipal os 21.023 votos e o peso relativo de 30,48% valeram 12 eleitos. Quanto à Assembleia de Freguesia, o IOMAF elegeu 32 representantes, fruto de 22.310 votos e uma percentagem de 32,34%. Esses representantes foram distribuídos da seguinte forma: 4 em Barcarena, 6 na União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 7 na União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e 10 na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, freguesias onde venceu, e 5 em Porto Salvo, onde o PS venceu, uma vez que logrou 1.840 votos, ou seja, mais 240 do que o IOMAF.

A vitória de Paulo Vistas coincidiria temporalmente com a prisão efetiva de Isaltino Morais que, uma vez liberto, se afastaria, por iniciativa própria, do IOMAF, situação que esteve na base da quinta fase. Aquela que viria a lume nas autárquicas de 1 de outubro de 2017.

140 Uma eleição diferente: três *Movimentos Autárquicos* Não-Partidários

A rutura de Isaltino com o IOMAF foi bastante noticiada pela comunicação social. Tal como o facto de Paulo Vistas fazer questão de manter a sigla do movimento. Uma decisão que Isaltino criticou em vários *mass media*, uma vez que a considerava "incompreensível e absurda". Uma decisão só explicável no âmbito de uma campanha destinada a confundir os eleitores. Dito de outra forma: Isaltino acusava Vistas de se estar a aproveitar do prestígio por si obtido durante um tão elevado número de mandatos à frente da autarquia.

Uma acusação que Paulo Vistas rejeitou. Limitou-se a assumir publicamente a recandidatura liderando o IOMAF e substituindo o «I» de Isaltino pelo «I» de Independentes, enquanto Isaltino Morais criava um novo movimento – *INOVAR, Oeiras de Volta*.

Um pleito eleitoral em que Paulo Vistas foi acompanhado por todos os cabeças de lista à Assembleia de Freguesia da eleição anterior e pela quase totalidade da sua vereação.

Uma corrida de ex-Presidentes, porque também o PS candidatou Joaquim Raposo, o anterior Presidente da Câmara Municipal da Amadora, curiosamente um município criado a partir da emancipação do originário concelho de Oeiras. Uma separação ocorrida em 11 de setembro de 1979, depois de 63 anos durante os quais a Amadora foi uma freguesia de Oeiras.

De acordo com a entrevista feita antes do ato eleitoral ao Presidente da edilidade, apesar de acreditar na vitória, Paulo Vistas considerava que seria muito difícil ao IOMAF manter a maioria absoluta. Na sua opinião, a contenda tenderia a bipolarizar-se entre as candidaturas do IOMAF e do INOVAR. Os contactos com a população levavam-no a não valorizar o candidato apresentado pelo PS, uma vez que os eleitores oeirenses eram algo elitistas e afirmavam que Oeiras não era a Amadora. Resquícios da situação decorrente da emancipação da outrora freguesia. De igual modo, considerava que o candidato apoiado pelo PSD – e também pelo CDS, em coligação – Ângelo Pereira – partia em desvantagem, atendendo a que não tinha privilegiado o contacto com a população.

Curiosamente, para além do IOMAF e do INOVAR e de formações partidárias, as eleições de 2017 para os órgãos municipais de Oeiras

foram disputadas por outro movimento não partidário, o *RENASCER Oeiras 2017* (MIRO), encabeçado por Sónia Amado Gonçalves. Trata-se, tal como Ângelo Pereira, de uma vereadora do executivo, eleita na lista IOMAF de Paulo Vistas. Vereadora que optou por criar um terceiro movimento não-partidário, embora tivesse afirmado publicamente que tinha sido convidada, tanto por Isaltino como por Vistas, para integrar as respetivas listas.

Da análise do questionário que foi apresentado ao IOMAF, importa realçar que o movimento surgiu por quatro razões: insatisfação face aos partidos políticos, nepotismo da classe política, querer fazer algo pela sua terra e corrupção ou suspeitas de corrupção.

IOMAF que dizia voltar a concorrer em 2017 porque considerava que, de uma maneira geral, foram cumpridos os objetivos, concretizados os projetos apresentados ao eleitorado e queria “fazer sempre mais e melhor, olhar em frente com competência, determinação e coragem para ultrapassar constrangimentos e conseguir alcançar os objectivos propostos”. Para tal, o critério que tinha presidido à escolha dos candidatos prendeu-se com a “competência, determinação, disponibilidade, adesão aos princípios gerais da Associação”.

Antes do ato eleitoral, verificou-se um pleito judicial, pois o tribunal de Oeiras rejeitou as candidaturas lideradas por Isaltino e por Sónia Gonçalves. Uma decisão assente naquela que tem sido a razão aduzida na maioria dos casos, ou seja, “as declarações de proposituras apresentadas não identificam em qualquer local do seu texto os cidadãos candidatos que integram a lista”.

Uma justificação que não colheu quando os visados recorreram da decisão e viram outro juiz reconhecer-lhes razão.

No dia 1 de outubro de 2017, a participação eleitoral em Oeiras subiu em relação ao ato anterior, mas, mesmo assim, no que concerne à Câmara Municipal, a taxa de abstenção foi 44,25%, uma vez que não votaram 65.283 eleitores.

Os resultados confirmaram *grosso modo* as sondagens anteriores, ao contrário do que se tinha verificado em 2013. Assim, Isaltino e o seu movimento venceram com maioria absoluta, por conta dos 34.264 votos que corresponderam a 41,65% e valeram 6 mandatos.

Em segundo lugar, ficou o IOMAF, que logrou 11.665 votos, um peso relativo de 14,18% e 2 mandatos. Paulo Vistas manifestou-se “surpreendido” com os resultados que tinham ficado “aquém das

- 142 expectativas”, mas reconheceu que “em democracia é assim”. Afinal, como Daniel Innerarity (2005, p. 30) afirma, a política é “fundamentalmente uma aprendizagem da decepção”.

Quanto ao outro movimento, o MIRO, ficou-se pelo oitavo lugar, apenas com 924 votos que, obviamente, não foram suficientes para eleger qualquer vereador. Tal como Vistas, também Sónia Amado percebeu que “a aprendizagem da política fortalece a nossa capacidade de conviver com esse tipo de frustrações e convida-nos a respeitar as nossas limitações” (Innerarity, 2005, p. 31).

Como o executivo oeirense conta com 9 vereadores, o PS, o PSD, coligado com o CDS-PP e com o PPM, e a CDU elegeram, cada qual, um vereador.

Relativamente às restantes candidaturas, a exemplo do MIRO, perderam tanto para os votos brancos – 2.788 – como para os nulos – 1.529.

No que se refere à Assembleia Municipal, o movimento liderado por Isaltino Morais logrou 31.368 votos e uma percentagem de 38,12%, mas o IOMAF só conseguiu a terceira posição, uma vez que se viu ultrapassado pelo PS.

No que concerne à Assembleia de Freguesia, a vitória de Isaltino – *INOVAR - Oeiras de Volta* voltou a ser muito folgada: venceu em Porto Salvo, com 2.858 votos, Inigo Pereira ganhou na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, com 6.300 votos e 36,02%, Rui Teixeira triunfou na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo, com 7.448 votos e 33,56%, Madalena Castro conquistou a União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com 12.255 votos e 43,01%, e Sandra Marques Cortes triunfou na freguesia de Barcarena, com 2.507 votos e 36,36%².

A circunstância de Isaltino Morais ter conseguido a maioria absoluta deixou sem resposta aquele que se prefigurava como um novo paradigma autárquico, ou seja, a atitude do movimento vencedor se não obtivesse maioria absoluta e no segundo posto estivesse outro movimento não-partidário.

2. Cf. <https://www.rtp.pt/noticias/eleicoes/autarquicas/2017/distrito-lisboa/concelho-o-eiras>.

Reflexão final: a ética e o voto

143

O cruzamento dos dados do mais recente ato eleitoral com os resultados provenientes do estudo feito por Elias Quadros exige uma reflexão profunda sobre a ética no Poder Local.

Na verdade, quando foi perguntado à amostra estratificada por freguesias se o que deveria ser valorizado no exercício das funções públicas era a capacidade do político para resolver os problemas dos cidadãos, 75% dos inquiridos concordaram totalmente e 21,9% concordaram parcialmente.

A obra acima de tudo! Ora, conhecido o lema de Adhemar de Barros – rouba, mas faz – interessava saber a valorização que os eleitores oeirenses faziam da ética na gestão da *res publica*. Assim, 49,5% dos inquiridos defenderam que a ética do candidato devia pesar no ato de votação e, quando o estudo desceu ao nível de escolaridade, 51,4% dos habilitados com curso superior, 47,8% com o 12º ano e, igualmente, 47,8% dos que detinham escolaridade inferior ao 12º ano disseram que a ética devia contar na votação.

Além disso, 15 dos votantes no IOMAF liderado por Isaltino Morais, dos quais 5 com curso superior, afirmaram que a variável que os tinha levado ao voto era a honestidade.

Conhecidos que eram, na altura, os problemas de Isaltino com a justiça, uma vez que a sentença já tinha transitado em julgado, será caso para inferir que alguns dos apoiantes de Isaltino talvez não tivessem em grande conta a atuação da justiça.

Ainda não foi feito o estudo sobre as motivações que comandaram o voto em 2017. No entanto, face à vitória por maioria absoluta de Isaltino Morais talvez não seja abusivo concluir que os oeirenses estão mais inclinados a subscrever a posição otimista de São Tomás de Aquino sobre a natureza humana do que a aceitar a visão pessimista de Santo Agostinho.

Uma confiança que Isaltino julga merecer. Por isso, na tomada de posse voltou a reafirmar que era homem “de honra e de palavra”.

O caso de Oeiras é exemplar porquanto representa a afirmação de um *movimento de cidadania* perante um sistema de partidos que viria a ser drasticamente derrotado em várias eleições autárquicas, demonstrando, deste modo, que uma boa gestão autárquica pode ser razão suficiente para anular o «sentimento de pertença» de que se alimenta

- 144 o velho sistema de partidos. Neste caso, e até pela proximidade entre as candidaturas e os cidadãos na competição autárquica, o fator personalização surge muito valorizado, não só porque traduz uma tendência mais geral da política contemporânea, mas também porque se aplica a um sistema de governação de natureza presidencialista, vistos os poderes que a lei confere ao Presidente da Câmara. Por outro lado, e até pela dupla proximidade, territorial e relativa aos efeitos diretos da governação sobre a vida dos munícipes, este caso demonstra também que a variável *obra feita* tem um peso esmagador na decisão político-eleitoral. Finalmente, um outro aspecto é o já referido, ou seja, o valor relativo da variável ética na decisão político-eleitoral, quando se constata que um candidato condenado consegue, contra todo o sistema de partidos, vencer com uma esmagadora maioria absoluta as eleições autárquicas. Ou seja, este caso constitui um excelente laboratório para, por um lado, diagnosticar o estado de saúde dos partidos e, por outro, as potencialidades dos chamados *movimentos de cidadania*.

Bibliografia

- Amaral, D. (1998). *História das ideias e teorias políticas I*. Coimbra: Almedina
- Innerarity, D. (2005). *A transformação da política*. Lisboa: Teorema
- Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina
- Pinto, J. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e cidadãos: espaço para dois?* Coimbra: Almedina
- Quadros, E. (2012). *A Ética no Poder Local: O Caso de Oeiras*. Tese de Doutoramento em Ciência Política defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Santos, J. (1998). *Paradoxos da democracia*. Lisboa: Fenda.